

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

15ª Sessão Ordinária de 2015

(Publicada no DOU, Seção 1, de 05/08/2015, págs. 291/295)

Dia: 18/08/2015

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 13ª Sessão Ordinária (28/07/15) e da 14ª Sessão Ordinária (29/07/15).

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

2) Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP n.º 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

3) Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

4) Proposição n.º 0.00.000.001568/2014-51

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Carteira de Identidade Especial para os Conselheiros do CNMP e padronização da Carteira de Identidade de Membro do Ministério Público dos Estados.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Processos com Pedidos de Vista

Pedidos de Vista em 06/10/2014

5) Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78

Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 28/01/2015

- 6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001449/2013-18 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas
- Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual era requerida a suspensão dos efeitos do Ato PGJ n.º 148/2013, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, bem como a revisão do mencionado ato, para garantir que a concessão do direito à dispensa do serviço aos servidores que prestaram serviço à Justiça Eleitoral não incida em dias nos quais os servidores já tem direito a folga.
- Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator Anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior)
- Origem: Amazonas
- Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedidos de Vista em 24/02/2015

- 7) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
- Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
- Requerido: Ministério Público da União
- Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
- Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedidos de Vista em 14/04/2015

- 8) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67
- Proponente: Conselheiro Almino Afonso
- Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
- Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

- 9) Proposição n.º 0.00.000.000837/2013-81
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de inoportunidade de expediente forense.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 10) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 11) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)
Embargante: Dirceu Dresch
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 12) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001552/2014-49
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná
Vista: Presidente

Pedido de Vista em 12/05/2015

- 13) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000225/2014-70 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000465/2013-93)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 09/06/2015

- 14) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001775/2014-14
Requerente: Isis Guimarães de Azevedo – Procuradora de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer a anulação da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no Processo n.º 08190.061342/14-47, em razão de suposta ofensa ao princípio da legalidade naquilo em que trata do instituto da reversão.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 23/06/2015

- 15) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.001525/2014-76 (Recurso Interno)
Recorrente: Soel Arpini – Promotor da Justiça Militar
Recorrido: Ministério Público Militar
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão de arquivamento em Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual se pretende que o Procurador-Geral da Justiça Militar encaminhe a Recomendação nº 01/2014 ao Procurador-Geral da República, para que a envie ao Comandante da Aeronáutica.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 28/07/2015 – 13ª Sessão Ordinária

- 16) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02
Proponente: Presidência do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Processos Remanescentes

Incluído na pauta da 16ª Sessão Ordinária (18/08/2014)

- 17) Proposição n.º 0.00.000.000235/2013-24
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que proíbe a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Ordinária (24/02/2015)

- 18) Proposição n.º 0.00.000.001106/2014-34
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza; Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao pedido de sustentação oral nas sessões deste Conselho.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 19) Proposição n.º 0.00.000.001107/2014-89
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao momento processual adequado para o oferecimento de rol de testemunhas, pelo processado, no processo administrativo disciplinar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 6ª Sessão Ordinária (24/03/2015)

- 20) Proposição n.º 0.00.000.000860/2014-57
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a adoção de videoconferência na instrução de processos e procedimentos disciplinares no âmbito do Ministério Público dos Estados.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

21) Nota Técnica n.º 0.00.000.001622/2014-69
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior – Presidente da Comissão de Defesa Direitos Fundamentais
Assunto: Nota Técnica que propõe a alteração do disposto no § 1º do art. 306, do Decreto-Lei nº 3.689/1941, referente ao Projeto de Lei nº 554/2011, que tramita no Senado Federal, propondo que seja estabelecido o prazo de vinte e quatro horas para apresentação física do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

22) Proposição n.º 0.00.000.000135/2015-60
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Emenda Regimental, que altera o parágrafo único do artigo 59, da Resolução CNMP nº 92/2013 (Regimento Interno).
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 9ª Sessão Ordinária (12/05/2015)

23) Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 10ª Sessão Ordinária (26/05/2015)

24) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000275/2015-38
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer o controle de ato do Conselho Institucional do Ministério Público Federal, no Processo n.º 1.00.000.016261/2014-08, que decidiu pela inexistência de impedimento de atuação e votação de cônjuges ou companheiros no âmbito de Órgão Colegiado.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária (23/06/2015)

- 25) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000543/2013-50 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000443/2013-23)
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho
Requeridos: Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados
Assunto: Requer que o Conselho Nacional do Ministério Público normatize a questão das cotas para ingresso de representantes de minorias étnico-raciais nos concursos do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 26) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE n.º 122/1994.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
- 27) Proposição n.º 0.00.000.000359/2014-91
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que modifica a Resolução CNMP n.º 73/2011 e estabelece limites objetivos para a atividade de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 28) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000845/2014-17
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Visa à análise aprofundada de indícios de fracionamento de despesas para realização de dispensas de licitação fora das hipóteses previstas em lei, no Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
- 29) Proposição n.º 0.00.000.000903/2014-02
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Assunto: Proposta de Resolução que altera o art. 2º, caput e § 1º, da Resolução CNMP n.º 73/2011, para permitir que membros do Ministério Público Brasileiro possam exercer o magistério, cumulativamente com suas funções ministeriais, em municípios de sua Comarca ou circunscrição de lotação.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

- 30) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001327/2014-11
Requerente: Emanuela Mesquita Ferreira Lima
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Ceará em concluir o processo nº 21913/2011, que tramita na Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública, a qual apura perda atuarial em mais de 55 municípios do Estado do Ceará, que adotaram o regime próprio de Previdência Social.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Ceará
- 31) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001612/2014-23 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Paes – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro
- 32) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001738/2014-06
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Interessados: Erasmo Chaves Coelho – Diretor de Formação e Cultura do SISEMPPA
Maurício Santos Matos – Diretor-Presidente do SISEMPPA
Raimundo Edinaldo da Silva Paes – Diretor de Finanças do SISEMPPA
Roberto Carlos Soares Figueiredo – Diretor de Imprensa e Comunicação do SISEMPPA
Silvio Claudio Mendes da Silva – Diretor de Finanças do SISEMPPA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer a verificação de irregularidades na candidatura de membro do Ministério Público do Estado do Pará ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, o qual supostamente figura como sócio de empresa privada.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Pará
- 33) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001789/2014-20 (Recurso Interno)
Recorrente: José Carlos Paes
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro

- 34) Pedido de Providência n.º 0.00.000.001793/2014-98
Requerente: José Barbosa Monteiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado do Amazonas, quanto à ausência de Promotor Titular designado para atuar na Comarca de Eirunepé.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Amazonas
- 35) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000059/2015-92
Requerente: José de Medeiros – Corregedor-Geral Adjunto do Estado de Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Pedido de revisão do Processo Disciplinar GEDOC n.º 000039-024/2013, que tramitou no Ministério Público do Estado do Mato Grosso.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Mato Grosso
- 36) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000139/2015-48
Requerente: Matias Joaquim Coelho Neto
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida nos autos do Processo CNMP n.º 0.00.000.0001192/2011-32, visando proibir o exercício do magistério no horário das 8h às 18h, por parte de membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Ceará
- 37) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000164/2015-21
Requerente: Comissão das Mães da APAE de Bertioga
Interessado: Ariadine Sarris Machado
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer providências em relação à atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo em apurar denúncias de irregularidades e má gestão da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes – APAE do Município de Bertioga.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: São Paulo
- 38) Proposição n.º 0.00.000.000166/2015-11
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre diretrizes de atuação dos membros do Ministério Público com a finalidade de evitar a entrada e permanência de aparelhos celulares em unidades prisionais.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

- 39) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral - Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Piauí
- 40) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000305/2015-14
Requerente: Christopher Silveira Domingos
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer providências para a fixação de data-base para a recomposição inflacionária anual dos servidores do Ministério Público da União, seja por meio de ato administrativo, seja por projeto de lei específica, em cumprimento a Resolução CNMP nº 53/2010.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 14ª Sessão Ordinária (29/07/2015)

- 41) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000341/2013-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente Procedimento de Controle Administrativo, para determinar ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que, em 120 (cento e vinte) dias, adeque as atribuições dos cargos em comissão e, em 180 (cento e oitenta) dias, promova a exoneração de todos os servidores comissionados que não desempenhem atribuições de direção, chefia ou assessoramento.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio Grande do Norte
- 42) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001287/2013-18
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Interessado: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado de Roraima - ASSEMP/RR
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa apurar a legalidade da percepção de gratificação de produtividade por alguns servidores do Ministério Público do Estado de Roraima, bem como dos critérios utilizados para concessão do incentivo.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

- 43) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000025/2015-06
Requerente: Mauro Viveiros – Corregedor-Geral do Estado de Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Pedido de revisão do Processo Disciplinar GEDOC n.º 000068-024/2013, que tramitou no Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Mato Grosso
- 44) Proposição n.º 0.00.000.000066/2015-94
Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Assunto: Dispõe sobre a criação de sistema de controle de prazos eleitorais, conforme previsto no artigo 26-B, § 3º, da Lei Complementar n.º 64/90, com redação dada pela Lei Complementar n.º 135/2010.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 45) Proposição n.º 0.00.000.000167/2015-65
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que define a política institucional do Ministério Público na utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 46) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000172/2015-78 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia – AMPEB
Advogado: Manoel Pinto – OAB/BA n.º 11.024
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerido o controle de legalidade sobre o Ato n.º 009/2014, da Corregedoria Geral do Estado da Bahia, de modo a consignar que as obrigações e prazos que coincidam em dias de fim de semana e feriados sejam prorrogados ao primeiro dia útil seguinte.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Bahia
- 47) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000238/2015-20
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer o controle da decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que ensejou a edição da Portaria PGR/MPF n.º 505/2014, estabelecendo a composição das Câmaras de Coordenação e Revisão.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal

- 48) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000288/2015-15 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo e determinou a instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor do membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator Originário: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 49) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000320/2015-54
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer o controle do ato do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, que determinou a reforma da decisão do Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado, no sentido de que os efeitos financeiros acerca do ato de relotação provisória de servidora retroaja ao dia 1º de julho de 2014.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Ceará
- 50) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000339/2015-09
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer o controle do ato do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, que determinou a reforma da decisão do Procurador-Geral de Justiça do mencionado Estado, no sentido de que os efeitos financeiros acerca do ato de relotação provisória de servidora retroaja ao dia 26 de maio de 2014.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Ceará
- 51) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000511/2015-16
Requerente: Fabiola Moran Faloppa – Promotora de Justiça/SP
Advogados: Arthur Pimentel Diogo – OAB/SP nº 319.480; Marcus Vinicius Macedo Pessanha – OAB/SP nº 335.421; Nelson Wilians Fraton Rodrigues – OAB/SP nº 128.341; Rafael Sganzerla Durand – OAB/SP nº 211.648
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Visa impugnar ato administrativo do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, consubstanciado nas Portarias nºs 3797/2015, 3854/2015 e 3850/2015, restabelecendo-se aquele consubstanciado na Portaria nº 13160/2015, que designou a requerente para assumir o exercício das funções do 16º Promotor de Justiça da Infância e Juventude.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: São Paulo

- 52) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000528/2015-73
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Calvacante Machado – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer o controle da decisão proferida por membro do Ministério Público do Estado do Ceará, nos autos do Processo Administrativo n.º 13697/2015-4 (Recurso n.º 5.024/2015-1), que tratou de pagamento de diárias em razão de deslocamento de membros dentro da Região Metropolitana de Fortaleza.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Ceará

Processos desta Sessão (18/08/2015)

- 53) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001785/2013-61 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000371/2012-33)
Embargante: Membro de Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente processo administrativo disciplinar, para determinar a aplicação da pena de remoção compulsória a membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, preferencialmente para Promotoria de Justiça que não possua atribuição ambiental.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 54) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000122/2014-18
Requerente: Harthyan Bruno Schuck de Medeiros
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Trata-se de pedido de providências por supostas irregularidades na alocação da verba anual não gasta destinada ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Santa Catarina
- 55) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001011/2014-11 (Recurso Interno)
Recorrente: Maxwell Pariz Xavier
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Ceará

- 56) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001353/2014-31
Requerente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Procurador-Geral da República
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer que seja declarada nula a decisão proferida na 6ª Sessão Ordinária de 2014, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que determinou a expedição de comunicação ao Relator do MS n.º 32.831 em trâmite no Supremo Tribunal Federal, à Relatora da Ação Penal ajuizada pelo Ministério Público Federal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e ao Corregedor Nacional do Ministério Público, informando o resultado do julgamento do Processo Administrativo n.º 1.00.001.000201/2012-93 e encaminhando cópia do acórdão.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 57) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001420/2014-17
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa apurar a correção das distribuições processuais no Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Pernambuco
- 58) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001483/2014-73 (Recurso Interno)
Recorrente: Miguel Angelo Campos Teixeira
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro
- 59) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001512/2014-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Requer o controle em relação à eventual sobrepreço de algumas construções e reformas realizadas pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, em atenção à constante realização de aditivos na sua manifestação, conforme constatado no item 17.2.10, do Relatório de inspeção realizada nas unidades ministeriais do mencionado Estado.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

- 60) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001608/2014-65 (Recurso Interno)
Recorrentes: Promotores de Justiça do Estado de Mato Grosso: Alexandre de Matos Guedes; Ezequiel Borges de Campos; Márcia Borges Silva Furlan; Roberto Aparecido Turin; Wagner Cesar Fachone
Procuradores de Justiça do Estado de Mato Grosso: João Augusto Veras Gadelha; Kátia Maria Aguilera Rípoli; Luiz Eduardo Martins Jacob
Advogado: José Fábio Marques Dias Junior/ OAB-MT n.º 6.398
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso
Advogados: José Leovegildo Oliveira Morais/ OAB-DF n.º 16.484
Leonnardo Vieira Morais/ OAB-DF n.º 36.694.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membros do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Mato Grosso
- 61) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001733/2014-75
Requerente: Ricardo Barichello Butzer
Advogados: Luciano Galvão Novaes – OAB/RJ n.º 181.650; Paulo Dóron Rehder de Araujo – OAB/SP n.º 246.516; e outros
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer que seja desconstituída a decisão de exoneração do requerente, proferida pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado de São Paulo, determinando-se, por consequência, o seu vitaliciamento no cargo de Promotor de Justiça do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: São Paulo
- 62) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o n.º 20K00489448.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Goiás
- 63) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000073/2015-96
Requerente: Thiago Coelho da Cunha
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Requer providências em relação ao possível descumprimento, por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, do disposto na Resolução CNMP n.º 05/2006, que disciplina o exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Mato Grosso

- 64) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000103/2015-64 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Victor Almeida de Araújo
Advogado: Maria Marta dos Santos – OAB/DF n.º 29.608
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Pará
- 65) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000188/2015-81
Requerentes: João Antônio de Araújo Freitas Henriques – Procurador de Justiça/PE
Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto – Procurador de Justiça/PE
Paulo Roberto Lapenda Figueirôa – Corregedor-Geral Substituto/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24.583
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar CGMP n.º 009/2013, que tramitou no Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Pernambuco
- 66) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000217/2015-12 (Recurso Interno)
Recorrente: Walmir de Oliveira Lima Teixeira
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Paraná
- 67) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000249/2015-18 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000468/2015-99)
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Interessados: Ângelo Fabiano Farias da Costa – Vice-Presidente da ANPT
Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer que seja determinado à Procuradoria Geral do Trabalho que efetue o pagamento da ajuda de custo por remoção a pedido aos membros do Ministério Público do Trabalho, cujos atos de remoção se deram em período inferior a 12 meses entre a nomeação e a primeira remoção no cargo.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 68) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000265/2015-01
Requerente: Flávio Dino de Castro e Costa
Advogado: Jonata Carvalho Galvão da Silva – OAB/MA n.º 9.568
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Pedido de revisão do Procedimento Administrativo n.º 08190.033747/13-45, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal

- 69) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000364/2015-84
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da 3ª Promotoria de Justiça de Águas Lindas de Goiás, na tramitação de diversos procedimentos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 70) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000381/2015-11
Requerente: Luiz Fernando de Souza Filho
Advogado: Thiago Esteves Barbosa – OAB/RJ n.º 166.199
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer a anulação dos atos praticados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na Ação de Improbidade n.º 0002329-84.2006.8.19.0061, que tramitou na Comarca de Teresópolis.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Rio de Janeiro
- 71) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000395/2015-35 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000480/2014-12 e n.º 1.00075/2015-75)
Recorrente: Membro do Ministério Público Federal
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que indeferiu pedidos formulados na defesa prévia.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 72) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000397/2015-24 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000373/2015-75)
Embargante: Fernando Rodrigo Garcia Felipe
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que reconheceu a perda de objeto do Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a suspensão imediata do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como a anulação da prova oral, a desconstituição da homologação final e a convocação dos candidatos habilitados na inscrição definitiva para a realização de um novo exame oral.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná
- 73) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000398/2015-79 (Recurso Interno)
Recorrente: Douglas Renato Ferreira Graciani
Recorrido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a apuração de supostas irregularidades cometidas pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso, no trâmite do Protocolo SIMP n.º 016496-001/2014.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Mato Grosso

- 74) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000441/2015-04
Requerente: Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha – Promotor de Justiça/MS
Advogados: Alexandre Bastos – OAB/MS n.º 6.052
Bento Adriano Monteiro Duailibi – OAB/MS n.º 5.452
Camila Cavalcante Bastos – OAB/MS n.º 16.789
Requerido: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Assunto: Requer o controle de atos praticados pelo Corregedor-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, os quais afrontam o princípio da independência funcional de membro da mencionada unidade ministerial, bem como violam os dispositivos do art. 37, da Constituição Federal.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Mato Grosso do Sul
- 75) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000452/2015-86 (Recurso Interno)
Recorrente: Lúcio Weber de Abreu
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a anulação da questão nº 05 do concurso público do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Assessor – Área do Direito.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Rio Grande do Sul
- 76) Proposição n.º 0.00.000.000538/2015-17
Proponentes: Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba
Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Assunto: Proposta de Resolução que estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 77) Proposição n.º 0.00.000.000539/2015-53
Proponente: Conselheiro Walter Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre a atuação do ministério Público na garantia da Educação Infantil.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
- 78) Proposição n.º 0.00.000.000540/2015-88
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 67/2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

- 79) Proposição n.º 0.00.000.000542/2015-77
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que altera o artigo 1º, § 1º, III, da Resolução CNMP nº 30/2008, para incluir hipótese proibitiva de indicação para exercício de função eleitoral de membro do Ministério Público.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 80) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000545/2015-19
Requerente: Raimundo Nonato Carvalho Mendes
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Estado do Piauí, em relação à tramitação do Inquérito Policial nº 000.853/15.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Piauí

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

- 1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. Ministério Público Federal. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
- 2) Pedido de Providências n.º 1.00084/2015-66
Requerente: Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público
Interessado: Enrique Alessandro Rota Gomez
Assunto: Concessão. Benefício. Adicional de Periculosidade. Servidores. Oficiais do Ministério Público.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio Grande do Sul

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público